

Derrota do governo não foi ‘bala de prata’, segundo analistas

Especialistas avaliam que revés na MP do IOF se deu por fatores estruturais e conjunturais, mas episódio não é prenúncio definitivo de como será relação com Congresso até 2026 e há margem para gestão Lula reagir

Por **Camila Zarur** — Do Rio

10/10/2025 05h01 - Atualizado há 4 horas

A derrota do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso na medida provisória alternativa à alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que perdeu a validade na quarta-feira (9) por não ter sido analisada pela Câmara dentro do prazo, deu-se por motivos estruturais e conjunturais. É o que avaliam cientistas políticos ouvidos pelo **Valor**, que não viram o episódio como uma surpresa, tampouco uma “bala de prata” na gestão petista.

Para os especialistas, o fator estrutural é o embate clássico entre um Executivo de esquerda, que aposta no aumento da arrecadação para viabilizar benefícios sociais, e um Legislativo de direita, contrário a novas taxas.

“O resultado refletiu um problema mais estrutural nas relações entre Executivo e Legislativo, sobretudo no tocante a matérias envolvendo carga tributária. A economia política por trás do jogo tributário é bastante perversa para aqueles que desejam uma agenda de recomposição da carga”, afirma Rafael Cortez, sócio da consultoria **Tendências**.

“Esse é um tema que o governo já conseguiu um efêmero sucesso em alguns pontos, mas via de regra, aumentar tributo não é um tema que a maioria legislativa, de centro e de direita, naturalmente está disposta a aceitar”, completa.

Já o conjuntural se dá principalmente pelas intenções eleitorais dos atores envolvidos. A proposta do governo previa um aumento de arrecadação com o aumento de alíquotas sobre aplicações financeiras, fintechs e apostas online. Isso lhe garantiria uma margem orçamentária para os programas de política distributiva, com forte apelo popular e que podem fortalecer Lula na disputa de 2026.

Líderes do Centrão, por sua vez, têm seus planos próprios para a corrida presidencial e, ao atravancar a MP no Congresso, impediram tanto Lula de ter um acesso a esse caixa mais farto quanto interromperam uma sequência de êxitos.

“Lula vem de uma dupla de vitórias: a votação da isenção do Imposto de Renda [para quem ganha até R\$ 5 mil] e a aproximação com [o presidente americano Donald] Trump. Isso acendeu um alerta na oposição, que fez com a votação para tirar a MP da pauta fosse associada à eleição do ano que vem e aos interesses dos principais atores eleitorais”, afirma Antonio Lavareda, presidente do Conselho Científico do Ipespe.

Apesar da derrota do governo e a atuação em bloco da oposição no caso, Lavareda vê pouco impacto eleitoral imediato: “Daqui a 60 dias ninguém lembrará disso. O governo vai correr atrás de novas fontes de financiamento, eventualmente editar outras medidas provisórias etc.. E aí vai continuar esse jogo, o governo tomando iniciativas, porque precisa correr atrás da reeleição, e a oposição vai colocando obstáculos, pedras no caminho, cascas de banana.”

Para o professor do Insper Carlos Melo, o que vai ditar o efeito da derrota do governo no Congresso é a reação do Planalto. Segundo o cientista político, Lula e seus aliados deverão jogar junto à opinião pública - e essa é uma seara em que a comunicação do petista tem sido bem sucedida, sobretudo na estratégia da “taxação BBB” (bilionários, bancos e bets).

“O mais inteligente seria uma ofensiva na opinião pública, nas redes sociais. O PT e a própria comunicação do governo indicam terem aprendido a fazer isso com o caso do IOF”, afirma Melo, fazendo referência a campanha de justiça tributária lançada pela Secretaria de Comunicação da Presidência depois da crise do aumento do imposto, em julho.

A estratégia repercutiu de forma positiva nas redes, e a narrativa de uma luta por sistema tributário justo foi vista como um dos fatores que levaram à melhoria na aprovação de Lula, conforme mostrou pesquisa Quaest divulgada na quarta.

É seguindo essa linha que os especialistas avaliam que a derrota no caso da MP do IOF não é um prenúncio de reveses ao governo no Congresso até o ano que vem. Isso porque, assim como no caso da isenção do IR, grande parte do chamado pacote de reeleição de Lula tem apelo popular, o que dificulta parlamentares do Centrão e da oposição de se posicionarem de forma contrária às medidas de benefício social.

“Tem temas dessa agenda com um custo grande para a oposição ficar contra. Então, [como será a relação entre Executivo e Legislativo] dependerá caso a caso. O mesmo ambiente político que impôs derrota ao governo deu uma votação quase unânime no caso do Imposto de Renda”, afirma Rafael Cortez.

E isso, completa Carlos Melo, independe de fidelidade partidária. “Depois das emendas e dos fundos partidário e eleitoral, os deputados ganharam autonomia e votam como bem entenderem e de olho nas duas bases eleitorais”, diz.